

**AGÊNCIA NACIONAL DE SAÚDE SUPLEMENTAR – ANS**  
**COORDENADORIA DE INQUÉRITOS – COINQ/SEGER/DICOL**  
**INQUÉRITO ADMINISTRATIVO Nº 33902.419730/2014-80**  
**SERMEDE SERVIÇO MEDICO E DENTARIO LTDA**  
**CNPJ Nº 28.553.121/0001-80**

# **RELATÓRIO DE CONCLUSÃO**

## **I - DO HISTÓRICO DO INQUÉRITO ADMINISTRATIVO**

Cuida-se de inquérito administrativo instaurado pela Agência Nacional de Saúde Suplementar – ANS, para apurar as causas que levaram à situação de insolvência a ex-operadora, **SERMEDE SERVIÇO MÉDICO E DENTÁRIO LTDA** inscrita no CNPJ sob o nº 28.553.121/0001-80. Igualmente, verificar-se-á a responsabilidade daqueles que administraram a operadora nos últimos 05 (cinco) anos que antecederam à Liquidação Extrajudicial, a qual ocorreu por intermédio da Resolução Operacional – **RO nº 1.656**, de 11/06/2014, publicada no Diário Oficial da União – DOU em 17/06/2014. Fundamentam-se tais análises no artigo 24-D da Lei nº 9.656, de 03 de junho de 1998, combinado com o artigo 43 da Lei 6.024, de 13 de março de 1974 e a Resolução Normativa nº 276 de 04 de novembro de 2011.

Efetuados os trâmites iniciais para abertura dos trabalhos, o inquérito administrativo foi instruído com cópia de documentos extraídos dos processos administrativos de Direção Fiscal e de Liquidação Extrajudicial.

Através da **Nota nº 36/2014/COINQ/SEGER/PRESI/DICOL/ANS** (fls. 1073 a 1076), foi elaborado o quadro societário da ex-operadora durante os 05 (cinco) anos que antecederam à decretação da sua Liquidação Extrajudicial.

Com base no documento supracitado, foi notificado, acerca da existência do inquérito administrativo, o *Sr. Arnaldo Mário Sabroso Ruiz* (CPF nº:086.794.287-87), sócio administrador da ex-operadora e o *Sr. Ricardo Maurício Dutra* (CPF nº 964.026.527-68), igualmente, sócio administrador da ex-operadora. O *Sr. Ricardo Maurício Dutra* manifestou-se às fls. 1096 a 1107.

Alegou o *Sr. Ricardo Maurício Dutra* às fls. 1096 a 1107 que em momento algum exerceu a condição de administrador ou membro do Conselho Fiscal, logo, não poderia ser imputado a ele qualquer responsabilidade. Afirmou que celebrou instrumento particular de compra e venda com outras avenças do acervo empresarial com a **SERMEDE**, tendo sido registrado no cartório do 5º Ofício de Niterói, pactuando a compra e venda das cotas da **SERMEDE**, tendo sido estabelecido Direito de Arrependimento de 180 dias. Afirmou que antes do prazo para exercício do direito de arrependimento, firmaram as partes o Distrato. Afirmou ainda que o contrato que previu a cessão das quotas da **SERMEDE**, não foi levado a registro na respectiva Junta Comercial, não gerando efeitos perante terceiros. Afirmou que não há qualquer fato ou

mero indício de que exerceu a função de administrador, sendo essa função exercida exclusivamente pelo *Sr. Arnaldo Mario Sabroso Ruiz* e *Sra. Simone de Lima Sabroso*. Assim, concluiu que o referido contrato não traduziu em meio eficaz de transferência do controle societário, pela simples inexecução dos seus termos frente ao direito de arrependimento. Alegou também a incidência do prazo prescricional, já que sua suposta atuação daria no período de 28.08.2009 a 15.03.2010. Contudo, conforme o Relatório Preliminar de 90 dias (julho/2012) às fls. 351 a 361, a ANS recebeu Ofício nº128/2012, remetido pelo Cartório do 5º Ofício de Niterói, a respeito do Instrumento Particular de Compra e Venda da **SERMEDE**. Neste documento foi verificado o repasse das cotas da **SERMEDE** ao *Sr. Ricardo Mauricio Dutra*. Assim, nos primeiros cinco meses de contrato, a gestão foi realizada pelo *Sr. Ricardo Maurício Dutra*, porém, com a assinatura em todos os documentos do *Sr. Arnaldo Mário Sabroso Ruiz*, no período de 28.08.2009 a 15.03.2010, dentro dos cinco anos anteriores à Liquidação Extrajudicial. Verificou-se às fls. 1147 a 1150, a declaração do *Sr. Ricardo*, afirmando ter sido exclusivo gestor da sociedade no período mencionado, assinando, inclusive, o referido Distrato de Compromisso de Compra e Venda. Cabe mencionar também a Cláusula Quarta do Instrumento Particular de Compra e Venda (fls. 1139 a 1144) em que outorga poderes ao cessionário comprador, *Sr. Ricardo Maurício Dutra* para que possa gerir e administrar a **SERMEDE**, independentemente do arquivamento da 25ª alteração na Junta Comercial. Por tudo exposto, verifica-se a gestão realizada pelo *Sr. Ricardo*, no período compreendido de 28.08.2009 a 15.03.2010, período compreendido dentro dos 5 (cinco) anos anteriores a Liquidação Extrajudicial, devendo, portanto, ser aferida sua responsabilidade no presente caso.

Verificou-se no decorrer deste inquérito, a prática de atos de gestão pela *Sra. Simone de Lima Sabroso*, tendo sido a mesma notificada para ter ciência dos autos conforme Aviso de Recebimento de fl. 2097.

A *Sra. Simone de Lima Sabroso* manifestou-se às fls. 2098 a 2099, afirmando que jamais exerceu a administração da **SERMEDE**, de Fato ou de Direito, atribuindo tal fato ao *Sr. Arnaldo Mario Sabroso Ruiz*. Declarou que a firma aposta no contrato de fls.483 a 486 fora devidamente autorizado verbalmente à época pelo ex-administrador, diante de sua incapacidade laboral no período indicado. Afirmou que os documentos que comprovam transferências da ex-operadora para sua conta bancária pessoal são pagamentos efetuados pela prestação de assessoria jurídica firmada com o *Sr. Arnaldo*,

diante da demanda processual existente à época, exceto os cheques administrativos contidos as fls. 1171 e 1172, que também foi entregue diretamente ao ex-administrador. Aduziu que o documento de transferência acostado as fl. 1164, não demonstrou a transferência para a mesma. Afirmou ainda que em relação ao documento de fl. 1168, o ex-administrador, *Sr. Arnaldo*, encaminhou autorização ao Banco Bradesco aos cuidados de sua gerente, ratificando verbalmente por telefone que assinasse em nome da empresa somente naquele ato, para pagamento de custas processuais da prestação jurídica à época. Do mesmo modo, aduz que a fl.1170 não demonstra qualquer transferência na conta da *Dra. Simone* e sim simples autorização firmada pelo ex-administrador, *Sr. Arnaldo*, em que autoriza o Banco Bradesco a emitir um cheque administrativo da conta da **SERMEDE**, relativo ao pro-labore do ex-administrador, conforme fls. 1171 e 1172. Contudo, conforme às fls. 483 a 486, verificou-se que a *Sra. Simone* assinou em nome da **SERMEDE** um contrato de prestação de serviços, o que corrobora com a tese do poder de gestão empregado pela mesma, ainda que não oficial. Ademais foi verificada inúmeras transferências bancárias da **SERMEDE** para a conta corrente da *Sra. Simone*, sem especificar do que se tratava, conforme fls. 1151, 1153, 1156, 1162, 1164, 1166, 1171, 1172, 1183, entre outubro de 2009 e março de 2010, período compreendido no quinquênio em análise. O documento de fls. 1168 confirma a possível gestão da *Sra. Simone* ao autorizar uma transferência bancária para sua conta corrente, em nome da **SERMEDE** corroborando ainda mais com uma eventual administração de fato por parte da *Sra. Simone*, que não conseguiu esclarecer de forma satisfatória os motivos das transferências realizadas pela **SERMEDE** para sua conta corrente e as autorizações realizadas pela mesma em nome da ex-operadora.

Ato contínuo, os autos foram encaminhados para elaboração de Relatório Preliminar, em 19 de abril de 2016 (fls. 2050 a 2065), o qual apurou a existência de **Patrimônio Líquido Negativo (Passivo a Descoberto)**, calculado em **R\$ 4.904.624,08** (quatro milhões, novecentos e quatro mil, seiscentos e vinte e quatro reais e oito centavos), conforme balanço apresentado pela *Sra. Liquidante* em 29/02/2016.

Considerando o Relatório Preliminar, foram intimados, para apresentar alegações finais, os já mencionado *Sr. Ricardo Maurício Dutra* por meio de correspondência postal (2087), o *Sr. Arnaldo Mário Sabroso Ruiz* por meio do DOU, publicado em 16 de maio de 2016 (fl. 2096). Foi intimado igualmente através do DOU

publicado em 16 de maio de 2016 (fl.2096) a empresa *Med Health Consultórios Médicos Ltda*, para comprovar, mediante documentação, a eventual aquisição de bens da operadora objeto deste inquérito e a *Sra. Simone de Lima Sabroso* para apresentar esclarecimentos acerca dos atos de gestão supostamente praticados pela mesma.

Destarte, tendo sido concluídas todas as etapas do nosso procedimento administrativo, os autos me vieram conclusos para confecção do Relatório de Conclusão do caso.

## **II - DO HISTÓRICO DA EX-OPERADORA**

Conforme **Nota nº 36/2014/COINQ/SEGER/PRESI/DICOL/ANS** (fls. 1073 a 1076) a ex-operadora foi constituída na data de 06 de junho de 1973, com sede na Alameda São Boaventura, nº 527, Fonseca, Niterói/RJ, mantendo filial à Rua Francisco Portela, nº 2788, Casa A, Zé Garoto, São Gonçalo/RJ. Em 20/05/2013, em sua 26ª alteração contratual, a ex-operadora transferiu sua sede para a Rua Doutor Francisco Portela, 2796 – casa – Camarão – São Gonçalo/RJ.

Conforme as últimas disposições contratuais, o capital social da ex-operadora girava em torno de R\$250.000,00 (duzentos e cinquenta mil reais), distribuídos entre o *Sr. Arnaldo Mário Sabroso Ruiz* e a *Sra. Maria das Graças Vieira Farias*, ficando a gerência da sociedade, exclusivamente com o Sr. Arnaldo.

A **SERMEDE SERVIÇO MÉDICO E DENTÁRIO LTDA** passou pelos **Processos Administrativos de Direção Fiscal** instaurado em abril de 2012, por meio da R.O nº 1.203 (fl. 131), tendo sido instaurado, posteriormente, a **Liquidação Extrajudicial** em junho de 2014, conforme a R.O nº 1.656 de 17/06/2014, tendo em vista que as anormalidades econômico-financeiras e administrativas não foram sanadas.

O **Ofício nº 861/2010/GGAME/DIOPE/ANS/MS** (fl. 38 a 40), informou as seguintes irregularidades apresentadas pela ex-operadora: débitos de ressarcimento ao SUS no valor de R\$97.814,09 (posição em setembro/2009) não provisionadas, obrigações tributárias e previdenciárias sem recolhimento ou negociação para parcelamento, ressalvadas pelo Parecer de Auditoria de 2008, insuficiência de ativos garantidores, bem como, não existem ativos para vinculação, na forma do inciso II do artigo 2º da RN nº 159/2007, alterada pela RN nº 206/2009, além de outras ocorrências que comprometeram a situação econômico-financeira da ex-operadora. Diante dos fatos, houve a rejeição do Plano de Recuperação apresentado em 17 de março de 2009.

A **Nota Técnica nº 01/2010/GEHAE/GGAME/DIOPE/ANS** (fls.122), concluiu que a **SERMEDE** encaminhou Plano de Recuperação em desacordo com o disposto no §3º do art. 3º e no inciso IV do art. 6º, ambos da RN nº 199/09, tendo sido recomendado a rejeição da proposta encaminhada e, conseqüentemente, a indicação da instauração de Regime Especial de Direção Fiscal, conforme estabelecido no inciso II do art. 8º da referida Resolução c/c com o inciso VIII do art. 2º da RN nº 52/03, em função do atraso no envio do DIOPS por mais de dois trimestres, inviabilizando o monitoramento de sua situação econômico-financeira.

O **Relatório Preliminar de 30 dias (maio/2012)** (fls. 168 a 178), informou, entre outros, que o Parecer Independente do exercício de 2011 ainda não foi apresentado e que a **SERMEDE** não possui os Livros de Atas de Reuniões de Diretoria e de Assembleias e as Procurações em vigor nos últimos meses.

O **Relatório Preliminar de 60 dias – junho/2012** (fls. 270 a 279) identificou que a ex-operadora não vinha recolhendo, sistematicamente, os encargos sociais e fiscais, restringindo-se apenas a provisioná-los, não liquidando. Tal saldo totalizou o valor de R\$898.124,35. Foi possível apurar a existência de inadimplência com os prestadores dos serviços assistenciais, inclusive com demandas judiciais como é o caso do Hospital Memorial Fuad Chidid e da Clínica Fórum São Gonçalo. Outra situação com indícios de irregularidades é a realização de pagamentos referentes a serviços médicos, inclusive de plantões do próprio administrador da **SERMEDE** sem recibo hábil e comprovação dos recolhimentos tributários necessários. Diante deste fato, foi entregue a instrução diretiva nº 20, determinando sua imediata correção, tendo sido inserido parágrafo determinando que todos os atendimentos prestados aos beneficiários deveriam ser acompanhados de documentos comprobatórios. Contudo, a **SERMEDE** continuou não apresentando tais documentos, deixando indícios de saída irregular de recursos financeiros (fl.590).

O **Relatório Preliminar de 90 dias (julho/2012)** (fls. 351 a 361), informou que em relação ao Patrimônio Mínimo Ajustado (PMA), a ex-operadora não estava enquadrada de acordo com o artigo 3º da RN nº 209/09, pois este deveria ser de no mínimo R\$1.444.260,57 e, após os ajustes efetuados no balanço saneado e os ajustes de efeito econômico definidos na IN DIOPE nº 38/2009, este apresenta-se negativo em R\$2.369.811,90. De acordo com a RN nº 209/09 as Operadoras estão obrigadas a manterem margem de solvência correspondente à suficiência do Patrimônio Líquido, apurada em conformidade com os critérios descritos nos artigos 6º ao 8º do respectivo

normativo. Assim, foi observado que a ex-operadora encontrava-se com insuficiência de Recursos Próprios. Em observância a RN nº 159, de 03 de julho de 2007, foi identificado que a ex-operadora não constituiu Garantias Financeiras previstas na Resolução Normativa acima, havendo, assim, o descumprimento de exigências legais. A ANS recebeu Ofício nº128/2012, remetido pelo Cartório do 5º Ofício de Niterói, a respeito do Instrumento Particular de Compra e Venda da **SERMEDE**. Este documento repassa as cotas da **SERMEDE** ao *Sr. Ricardo Mauricio Dutra*. Assim, nos primeiros cinco meses de contrato, a gestão era realizada pelo *Sr. Ricardo Maurício Dutra*, porém, com a assinatura em todos os documentos do *Sr. Arnaldo Mário Sabroso Ruiz*. Em janeiro/2010, o *Sr. Ricardo* retirou-se da ex-operadora em razão de desentendimentos, deixando de cumprir o contrato. Diante dos fatos, o *Sr. Arnaldo* moveu ação em face do *Sr. Ricardo*, a qual, tramita na 4ª Vara Cível da Comarca de Niterói, sob o nº 0089339-13.2010.8.19.002. A **SERMEDE** afirmou não ter ocorrido alteração societária junto ao Órgão Regulador, nem mesmo pagamento do valor de R\$500.000,00 conforme mencionado no contrato. A Diretora Fiscal afirmou que nos 12 meses que antecederam a decretação do Regime Especial de Direção Fiscal na **SERMEDE**, o único que praticava ato de gestão na ex-operadora era o *Sr. Arnaldo Mário Sabroso Ruiz*.

O **Relatório Preliminar de 120 dias (agosto/2012)** (fls. 430 a 435) informou que, ao analisar contratos antigos realizados com prestadores de serviços, foi possível identificar que alguns deles foram assinados por terceiros que não possuíam autorização para esse fim, nem mesmo através de procuração, contrato social ou qualquer outro documento. Alguns desses contratos foram firmados pela *Sra. Elaine Rodrigues Schetine*, que na ocasião, possuía a função de assistente administrativo e a *Sra. Simone de Lima Sabroso* (filha do representante legal), que atuava como Diretora Jurídica. Além disso, verificou-se que tais contratos não eram registrados em cartório. Outra situação identificada, foram quanto aos pagamentos extras realizados a alguns funcionários em valor diferente do constante em contracheque, havendo, supostamente indícios de saída irregular de recursos.

Verificou-se conforme **Extrato de Ata da 327ª Reunião Ordinária de Diretoria Colegiada**, realizada em 27 de março de 2012, aprovado por unanimidade o **Voto nº 205/2012/DIOPE/ANS** pelo indeferimento do recurso administrativo interposto pela **SERMEDE**, mantendo-se a rejeição do Plano de Recuperação apresentado pela ex-

operadora (fl. 565) e a consequente instauração do Regime Especial de Direção Fiscal na ex-operadora.

O **7º Relatório de Acompanhamento (Abril/2013 – 365 dias)** – fls. 671 a 678, informou a respeito da rejeição do Plano de Recuperação, por estar em desacordo com os normativos, sendo, inclusive, indicada a instauração de regime especial de Direção Fiscal, em função do atraso do DIOPS por mais de dois trimestres, inviabilizando o monitoramento de sua situação econômico-financeira. A **SERMEDE** informou a atuação de um de seus ex-corretores *Sr. Aloysio Celio Isimbardo Peixoto Junior*, que encaminhou carta aos beneficiários oferecendo a oportunidade de serem migrados para outra operadora denominada **EVERCROSS Planejamento de Assistência Médica**, com recebimento imediato de boleto e carteirinha. Importante registrar que tal operadora já passou por regime especial sendo sua carteira oferecida em Oferta Pública. A princípio, esta situação ocorreu à revelia da **SERMEDE**. O *Sr. Felipe Dumans*, consultor jurídico da **SERMEDE**, informou ter denunciado essa situação a Procuradoria federal da ANS.

A **Nota nº 64/2014/CODIF/GEDIF/GGRE/DIOPE/ANS** (fls. 742 a 749) recomendou que fosse decretada a Liquidação Extrajudicial da ex-operadora, considerando o desequilíbrio econômico-financeiro apresentado pela **SERMEDE** e não sanado no Regime de Direção Fiscal.

A **Nota nº 72/2012/GECOS /PROGE-ANS/PGF** (fls. 949 a 950) recomendou a instauração do regime de Direção Técnica na operadora **SERMEDE SERVIÇO MÉDICO E DENTÁRIO LTDA** em razão das anormalidades administrativas graves, contudo, tal procedimento não foi adiante devido a Portabilidade e a Liquidação Extrajudicial da ex-operadora conforme RO nº 1656 de 17 de junho de 2014.

O **Voto nº 126/2014/DIOPE/ANS** (965 e 966) recomendou a Liquidação Extrajudicial, tendo sido aprovado por unanimidade conforme Extrato de Ata da 399ª Reunião Ordinária de Diretoria Colegiada realizada em 5 de junho de 2014.

O **Relatório de Posse do Liquidante Extrajudicial** (fls. 976 a 981) informou o não atendimento dos termos da RO nº 1.374 pela **SERMEDE** no sentido de transferir sua carteira de planos privados de assistência à saúde, sendo, inclusive, constatados indícios de que estaria ocorrendo uma transferência irregular de parte de sua carteira de beneficiários, tendo sido, em razão disso, concedido Portabilidade Especial aos

beneficiários da ex-operadora. Diante desse fato, houve indícios de descumprimento pela ex-operadora do disposto no §4º, inciso IV do art. 7º -A da RN 186/2009, que determina que a operadora deve comunicar aos seus beneficiários em até dez dias, a abertura de prazo de portabilidade especial de carência. Sendo assim, em 04/10/2013 foi publicada a RO nº 1.537 dispondo sobre concessão de novo período especial de Portabilidade Especial aos beneficiários da **SERMEDE**, no entanto, foram identificados novos indícios de descumprimento do disposto no §4º, inciso IV do art. 7º-A da RN 186/2009, haja vista o silêncio da ex-operadora com relação ao ofício nº 11.299/GGRE (CODIF)/DIOPE/ANS, no qual foi comunicada a operadora, a concessão de novo período de portabilidade especial de carências a seus beneficiários. No Relato de Posse, a Liquidante informou que durante sua visita à **SERMEDE**, verificou-se que a ex-operadora não está em funcionamento e no local encontra-se atuando a MED HEALTH CONSULTÓRIOS MEDICOS LTDA, não sabendo a Liquidante diferenciar os bens de cada uma. Em visita a uma das filiais, verificou-se o funcionamento da empresa MEDSTRA MEDICINA OCUPACIONAL E SEGURANÇA DO TRABALHO LTDA, tendo como sócias as *Sras. Simone de Lima Sabroso e Renata de Lima Sabroso*, sendo essas filhas do ex-administrador da **SERMEDE**, Sr. *Arnaldo Mário Sabroso Ruiz*.

O **Relatório Preliminar de 30 dias** (fls. 1031 a 1043) informou que o ex-administrador da **SERMEDE** afirmou que a maioria dos bens encontrados na sede da ex-operadora, pertencem a empresa MED HEALTH CONSULTÓRIOS MEDICOS LTDA, tendo a **SERMEDE** vendido anteriormente boa parte dos bens a esta empresa, sem contudo, ter sido emitidos recibos e nem mesmo notas fiscais para esta transação.

O **Relatório Conclusivo de 60 dias** (fls. 1347 a 1369) constatou a inexistência de Balanços Patrimoniais assinados pelo técnico contabilista e pelo ex-administrador e verificou-se que não foram arrecadados Livros Contábeis obrigatórios dos últimos três anos, somente foram encontrados Livros Contábeis referente ao ano de 2006, havendo a possível infração ao art. 178 da Lei nº 11.101/05. Esclarecendo melhor os fatos, pôde-se observar com base na documentação disponível e até então apurada, que a ex-operadora não deixou de cumprir com a obrigação que lhe foi imposta através do ofício nº 6272/2013/GGRE(CODIF)/DIOPE/ANS, expedido em 10/06/2014 e recebido em 12/06/2013, devendo comunicar aos seus beneficiários a abertura de prazo de portabilidade especial de carências. A **SERMEDE** realizou a comunicação aos seus beneficiários, encaminhando cartas com A.R, juntamente com a Resolução Operacional

nº 1.458, para um total até então apurado de 1.115 beneficiários. Entretanto tal comunicação não ocorreu no prazo de 10 dias conforme determina a RO nº 1.458, sendo as postagens realizadas no mês de agosto de 2013. Assim, restou demonstrada que em momento algum, a administração da **SERMEDE** teve intenção de prejudicar seus beneficiários, que mesmo com certo atraso, não deixou de dar-lhes ciência da portabilidade e da oportunidade a esses oferecida.

A **Nota nº 136/2014/COLIQ/GGRE/DIOPE/ANS** (fls. 1443 a 1448) ratificou os termos do Liquidante Extrajudicial, concluindo que em razão da ausência de arrecadação dos livros contábeis obrigatórios devidamente registrados no órgão competente, entre outras anormalidades, o melhor caminho a ser seguido era a decretação da falência.

O **Relatório Mensal da Liquidação – Agosto 2014** (fls. 1658 a 1663) informou o não atendimento pela **SERMEDE** da **RO nº 1.374**, no sentido de transferir sua carteira de planos privados de assistência à saúde, sendo, inclusive, constatados indícios de que estaria ocorrendo uma transferência irregular de parte de sua carteira de beneficiários, prejudicando a situação assistencial destes. O Ministério Público Federal recebeu a denúncia contida no Ofício nº 35/2014/SERMEDE/LE relativa a inexistência de Balanços Patrimoniais assinados pelo técnico contabilista e pelo ex-administrador e da ausência de Livros Contábeis obrigatórios dos últimos 3 (três) anos sem sequer terem sido registrados.

Por fim, a **Petição Inicial do Pedido de Falência** encontra-se no autos às fls. 1699 a 1766, tendo sido distribuída na 4ª Vara Cível de São Gonçalo/RJ sob o nº 0055307-34.2014.8.19.0004.

### **III - DA EVOLUÇÃO DO QUADRO SOCIETÁRIO DA EX-OPERADORA E DAS FUNÇÕES EXERCIDAS PELOS EX-SÓCIOS DENTRO DA MESMA**

Nos termos do artigo 24-D, da Lei n.º 9.656/98 combinado com artigo 43, da Lei n.º 6.024/74, o relatório final da Coordenadoria de Inquéritos deve relacionar as pessoas que administraram a **SERMEDE SERVIÇO MÉDICO E DENTÁRIO LTDA** nos últimos cinco anos que antecederam sua Liquidação Extrajudicial, a qual ocorreu através da **Resolução Operacional RO nº 1.656**, de 11/06/2014, publicada no Diário Oficial da União – DOU em 17/06/2014, razão pela qual devemos analisar todas as

alterações societárias ocorridas a partir de junho de 2009, bem como o contrato social vigente naquele momento.

Em relação a este tópico, é desnecessária qualquer outra análise, eis que todas as informações estão contidas na **Nota nº 36/2014/COINQ/SEGER/PRESI/DICOL/ANS** (fls. 1073 a 1076), que nos remetemos.

#### **IV - DAS CAUSAS DE INSOLVÊNCIA E DOS INDÍCIOS DE IRREGULARIDADES DA EX-OPERADORA**

A análise dos documentos que instruem este inquérito conclusivo aponta, de forma inequívoca, para um quadro de incúria administrativa, tendo em vista a adoção e uma prática de gestão desorganizada e com possíveis distorções nos controles internos que, além de dificultar o trabalho de fiscalização, contribuiu de maneira significativa para a subsistência dos problemas financeiros, determinantes para insolvência da ex-operadora.

**O Patrimônio Líquido Negativo (Passivo a Descoberto)**, calculado em **R\$ 4.904.624,08** (quatro milhões, novecentos e quatro mil, seiscentos e vinte e quatro reais e oito centavos), conforme balanço apresentado pela Sra. Liquidante em 29/02/2016.

Assim, durante os trabalhos realizados, constatou-se a prática de algumas irregularidades cometidas pela ex-operadora, tais como:

- a) Prática de gestão desorganizada e controles internos ineficientes, havendo acúmulo de problemas financeiros e gerenciais;
- b) Apresentação do Plano de Recuperação insubsistente;
- c) Atraso do DIOPS por mais de dois trimestres, inviabilizando o monitoramento de sua situação econômico-financeira;
- d) Não recolhimento de encargos sociais e fiscais bem como não atendimento a várias instruções diretivas;
- e) Ausência de Livros de Atas de Reuniões de Diretoria e de Assembleias e as Procurações em vigor nos últimos meses, além de que, não foram arrecadados Livros Contábeis obrigatórios dos últimos três anos, tendo sido somente encontrados Livros Contábeis referente ao ano de 2006, havendo a possível

infração ao art. 178 da Lei nº 11.101/05, além da inexistência de Balanços Patrimoniais assinados pelo técnico contabilista e pelo ex-administrador;

- f) Indícios de irregularidades como a realização de pagamentos referentes a serviços médicos, inclusive de plantões do próprio administrador da **SERMEDE** sem recibo hábil e comprovação dos recolhimentos tributários necessários;
- g) Insuficiência de Recursos Próprios. Em observância a RN nº 159, de 03 de julho de 2007, foi identificado que a ex-operadora não constituiu Garantias Financeiras previstas na Resolução Normativa acima, havendo, assim, o descumprimento de exigências legais;
- h) Foi possível identificar que alguns contratos antigos foram assinados por terceiros que não possuíam autorização para esse fim;
- i) Pagamentos extras realizados a alguns funcionários em valor diferente do constante em contracheque, havendo, supostamente indícios de saída irregular de recursos;
- j) Não atendimento dos termos da RO nº 1.374 pela **SERMEDE** no sentido de transferir sua carteira de planos privados de assistência à saúde, sendo, inclusive, constatados indícios de que estaria ocorrendo uma transferência irregular de parte de sua carteira de beneficiários;
- k) Venda pela **SERMEDE** da maioria de seus bens à empresa MED HEALTH CONSULTÓRIOS MÉDICOS LTDA-ME, sem emissão de recibos ou notas fiscais;
- l) Indícios de descumprimento pela ex-operadora do disposto no §4º, inciso IV do art. 7º -A da RN 186/2009, que determina que a operadora deve comunicar aos seus beneficiários em até dez dias, a abertura de prazo de portabilidade especial de carência.

Esclarecemos que o crime falimentar é pluriofensivo, porque há ofensa a vários bens tutelados: o patrimônio dos credores, o crédito, a fé pública, o comércio, a economia, o tratamento isonômico dos credores, a liquidação rápida e justa da massa ativa e o interesse da Administração da Justiça.

A **SERMEDE** apresentou insuficiência de ativos garantidores, não havendo ativos para vinculação, infringindo a norma do inciso II do artigo 2º da RN nº 159/2007, alterada pela RN nº 206/2009.

Verificou-se que o Plano de Recuperação estava em desacordo com o disposto no §3º do art. 3º e no inciso IV do art. 6º, ambos da RN nº 199/09.

Há também a possível infração ao **artigo 35 da Resolução Normativa nº RN 124/06** e **artigo 20 da Lei 9.656/98** em razão do atraso no envio do **DIOPS**, imprescindível para o monitoramento da capacidade técnico-operacional ou situação econômico-financeira da ex-operadora.

A ex-operadora não vinha recolhendo, sistematicamente, os encargos sociais e fiscais, restringindo-se apenas a provisioná-los, não liquidando, infringindo a norma do **art. 2º, inciso II da Lei nº 8.137/90**.

Outra situação com indícios de irregularidades é a realização de pagamentos referentes a serviços médicos, inclusive de plantões do próprio administrador da **SERMEDE** sem recibo hábil e comprovação dos recolhimentos tributários necessários, omitindo informações às autoridades fazendárias, conforme **artigo 1º, inciso I da Lei 8.137/90**.

Foi verificada a ausência de Livros de Atas de Reuniões de Diretoria e de Assembleias e as Procurações em vigor nos últimos meses, além de que, não foram arrecadados Livros Contábeis obrigatórios dos últimos três anos, tendo sido somente encontrados Livros Contábeis referente ao ano de 2006, havendo a possível infração ao **artigo 178 da Lei nº 11.101/05** e **artigo 12 da Lei n. 7492/86**.

Verificou-se que a ex-operadora não estava enquadrada nos termos do **artigo 3º da RN nº 209/09**, em relação ao Patrimônio Mínimo Ajustado (PMA) pois este deveria ser de no mínimo R\$1.444.260,57 e, após os ajustes efetuados no balanço saneado e os ajustes de efeito econômico definidos na IN DIOPE nº 38/2009, este apresenta-se negativo em R\$2.369.811,90.

De acordo com a **RN nº 209/09** as Operadoras estão obrigadas a manterem margem de solvência correspondente à suficiência do Patrimônio Líquido, apurada em conformidade com os critérios descritos nos **artigos 6º ao 8º do respectivo normativo**. Assim, foi observado que a ex-operadora encontrava-se com insuficiência de Recursos Próprios.

Em observância a **RN nº 159, de 03 de julho de 2007**, foi identificado que a ex-operadora não constituiu Garantias Financeiras previstas na Resolução Normativa acima, havendo, assim, o descumprimento de exigências legais,

Identificou-se que alguns contratos foram assinados por terceiros que não possuíam autorização para esse fim, nem mesmo através de procuração, contrato social ou qualquer outro documento. Além disso, verificou-se que tais contratos não eram registrados em cartório, configurando a prática de gestão temerária constante do **§ único do artigo 4º da Lei 7.492/86**.

Outra situação identificada, foram quanto aos pagamentos extras realizados a alguns funcionários em valor diferente do constante em contracheque, havendo, supostamente indícios de saída irregular de recursos, configurando a prática do ilícito constante no **artigo 11 da Lei 7.492/86**.

Verificou-se o não atendimento dos termos da RO nº 1.374 pela **SERMEDE** no sentido de transferir sua carteira de planos privados de assistência à saúde, sendo, inclusive, constatados indícios de que estaria ocorrendo uma transferência irregular de parte de sua carteira de beneficiários, havendo indícios de infração da **Resolução Normativa nº RN 112/05**.

Foi constatada a venda pela **SERMEDE** da maioria de seus bens à empresa **MED HEALTH CONSULTÓRIOS MÉDICOS LTDA-ME**, sem emissão de recibos ou notas fiscais, omitindo informações às autoridades fazendárias, ainda que acessória, conforme **artigo 1º, inciso I da Lei 8.137/90**. Inclusive a referida empresa foi oficiada para que comprovasse a eventual aquisição de bens da **SERMEDE**, mediante documentação, contudo, não obtivemos resposta.

Por fim, verificou-se também, indícios de descumprimento pela ex-operadora do disposto no **§4º, inciso IV do art. 7º -A da RN 186/2009**, que determina que a operadora deve comunicar aos seus beneficiários em até dez dias, a abertura de prazo de portabilidade especial de carência.

A **SERMEDE** informou a atuação de um de seus ex-corretores *Sr. Aloysio Celio Isimbardo Peixoto Junior*, que encaminhou carta aos beneficiários oferecendo a oportunidade de serem migrados para outra operadora denominada **EVERCROSS Planejamento de Assistência Médica**, com recebimento imediato de boleto e carteirinha. A princípio, esta situação ocorreu à revelia da **SERMEDE**. O *Sr. Felipe*

*Dumans*, consultor jurídico da **SERMEDE**, informou ter denunciado essa situação a Procuradoria federal da ANS. Diante de tais fatos recomendou-se no Inquérito Administrativo o envio de memorando àquela Procuradoria, solicitando os registros de todas as diligências e conclusões pertinentes ao fato, além de ter sido oficiado o *Sr. Aloysio Celio Isimbardo Peixoto Junior* para que preste esclarecimentos sobre a denúncia de fls. 631 a 635. Contudo não obtivemos resposta até o presente momento, devendo, o Ministério Público, se entender cabível, averiguar se houve suposta absorção irregular da carteira da **SERMEDE**.

Essas são as informações pertinentes ao caso, de contribuição da ANS, ficando a cargo do respectivo Ministério Público, a investigação pormenorizada.

Em razão disso, deve este Relatório ser encaminhado ao Ministério Público em São Gonçalo – RJ, para que, caso entendam necessário, abram as devidas investigações para apuração da (in) existência das referidas infrações penais.

Enfim, estes foram os indícios de irregularidades apurados durante o desenvolvimento dos trabalhos. Insta ressaltar que não temos ciência se todos estes fatos foram ou não motivo de representação anterior ao Ministério Público, uma vez que podem ter sido atuados em processo apartado.

Desta forma, diante de tudo o que foi exposto e diante dos relatórios apresentados, entendemos que a má administração combinada com a má gestão dos recursos financeiros, ocasionou a falência da **SERMEDE SERVIÇO MÉDICO E DENTÁRIO LTDA**.

## **VI - DAS RESPONSABILIDADES DOS EX-ADMINISTRADORES**

Inicialmente, urge um estudo pormenorizado da previsão quanto à responsabilidade dos ex-administradores, prevista nos artigos 24-A, § 6º e 26 da Lei 9.656/98.

Estabelece o art. 24-A, *in litteris*:

*“Os administradores das operadoras de planos privados de assistência à saúde em regime de direção fiscal ou liquidação extrajudicial, independentemente da natureza jurídica da operadora, ficarão com todos os seus bens indisponíveis, não podendo, por qualquer forma, direta ou indireta, aliená-los ou onerá-los, até apuração e liquidação final de suas responsabilidades.”*

*.....§6º. Os administradores de operadoras de planos privados de assistência à saúde respondem solidariamente pelas obrigações por eles assumidas*

durante sua gestão até o montante dos prejuízos causados, independentemente do nexo de causalidade.” (grifo nosso).

Este dispositivo normatiza a responsabilidade civil objetiva dos ex-administradores das operadoras de planos de saúde pelas obrigações assumidas durante as suas gestões.

Nota-se que é objetiva, visto que independe de dolo ou culpa para se configurar, uma vez que respondem pelos prejuízos das obrigações que assumiram. Muito embora a lei fale em “*independente de nexo de causalidade*”, parece que o melhor entendimento se refere à independência de culpa (do Direito Civil: ato ilícito), visto que, caso houvesse uma interpretação literal, concluir-se-ia que se trata de responsabilidade pelo risco integral, o que seria ainda mais gravoso para os agentes.

Já a referência legal a “administradores” tem o fulcro de responsabilizar objetivamente, tão somente, aquelas pessoas eleitas pela assembléia geral da sociedade, ou estipulada no contrato social, para ocuparem lugar de direção (*resctius*: são os diretores, membros do conselho de administração e os administradores, antigos sócios-gerentes).

Sendo a responsabilidade solidária, por força de lei, significa dizer que cada administrador é coobrigado pelas dívidas contraídas pela sociedade, tenham ou não participado pessoalmente do negócio que deu causa à obrigação. Essa responsabilidade, entretanto, não diz respeito a todo o passivo, mas sim a apenas àquele apurado durante a sua gestão.

De mais a mais, essa responsabilidade é de natureza subsidiária, uma vez que, pelas obrigações assumidas responde, primeiramente, a própria sociedade devedora com o seu patrimônio. Na insuficiência deste, portanto, é que se deve recorrer ao patrimônio particular dos administradores, “*até que se cumpram*” as obrigações assumidas, como diz o dispositivo legal.

Assim, respondem pela regra do §6º, do art. 24-A da Lei nº 9.656/98, os administradores atuais e os que estiveram no exercício de suas funções nos 12 meses anteriores ao ato de decretação da liquidação extrajudicial ou de direção fiscal, assim como os administradores antigos (aqueles que estiveram nos exercício de suas funções nos anos anteriores aos 12 meses que antecederam a data de decretação da Liquidação Extrajudicial/Direção Fiscal) pelas obrigações assumidas durante suas gestões e no limite dos prejuízos atribuídos a cada um, até que a obrigação se prescreva.

Essa modalidade de responsabilidade civil é disciplinada pelo art. 26, da Lei 9656/98, nos seguintes termos:

*“Os administradores e membros dos conselhos administrativos, deliberativos, consultivos, fiscais e assemelhados das operadoras de que trata a Lei respondem solidariamente pelos prejuízos causados a terceiros, inclusive aos acionistas, cotistas, cooperados e consumidores de planos privados de assistência à saúde, conforme o caso, em consequência do descumprimento de leis, normas e instruções referentes às operadoras previstas na legislação e, em especial, pela falta de constituição e cobertura das garantias obrigatórias.”*

O referido dispositivo tem que ser analisado para fins de interpretação e aplicação juntamente com o art. 39<sup>1</sup> da Lei 6024/74, que regula semelhante matéria no mercado financeiro e, que, inclusive, se aplica subsidiariamente, conforme citado, de maneira que todas as ilações alvitadas acerca desta última norma devem ser consideradas na interpretação e aplicação do citado art. 26. Assim, depreende-se que eles respondem pela prática de ato ilícito civil.

É imperioso destacarmos que a **SERMEDE SERVIÇO MÉDICO E DENTÁRIO LTDA** teve sua Liquidação Extrajudicial decretada através da Resolução Operacional – **RO nº 1.656**, de 11/06/2014, publicada no Diário Oficial da União – DOU em 17/06/2014, razão pela qual este inquérito administrativo verificará a responsabilidade de todos os ex-administradores da empresa desde junho de 2009, isto é, daqueles que administravam a ex-operadora durante os cinco anos que antecederam à decretação da Liquidação Extrajudicial.

Destarte, tendo em vista o quadro societário da ex-operadora e com base no marco supracitado, devemos analisar a responsabilidade do *Sr. Arnaldo Mário Sabroso Ruiz, Sr. Ricardo Maurício Dutra e Sra. Simone de Lima Sabroso* durante os 05 (cinco) anos que antecederam a decretação da sua Liquidação Extrajudicial, cabendo a estes, responderem integralmente pelos prejuízos causados à ex-operadora nos últimos 05 (cinco) anos anteriores a Liquidação Extrajudicial.

Como já exposto anteriormente, foi constatado indícios de administração de fato pela *Sra. Simone de Lima Sabroso*, tendo em vista, não obstante a inexistência de vínculo empregatício ou participação na sociedade, a referida Senhora, vinha realizando operações bancárias em nome da **SERMEDE**, sendo inclusive, beneficiada através de

---

<sup>1</sup> Art. 39 Os administradores e membros do Conselho Fiscal de instituições financeiras responderão, qualquer tempo salvo prescrição extintiva, pelos que tiverem praticado ou omissões em que houverem incorrido.

transferências bancárias para sua conta corrente em nome da **SERMEDE** e assinado contrato de prestação de serviços em nome da **SERMEDE**, denotando seu poder de gestão para com a ex-operadora.

Em prosseguimento, de acordo com as informações apresentadas pela Liquidante Extrajudicial, consta a relação dos Bens e Direitos da **SERMEDE SERVIÇO MÉDICO E DENTÁRIO LTDA** às fls. 2062 à 2063 do Inquérito Administrativo e a relação dos Bens e Direitos do ex-administrador, conforme fl. 2063 do referido Inquérito.

## **VII - DAS ALEGAÇÕES FINAIS**

Considerando o Relatório Preliminar, foi intimado, para apresentar alegações finais, os Senhores *Arnaldo Mário Sabroso Ruiz*, *Ricardo Maurício Dutra* e *Simone de Lima Sabroso*, conforme fls. 2087, 2096 e 2139.

O *Sr. Ricardo Maurício Dutra*, apresentou suas alegações finais às fls. 2078 a 2086, alegando igualmente às fls. 1096 a 1107 que em momento algum exerceu a condição de administrador ou membro do Conselho Fiscal, logo, não poderia ser imputado a ele, qualquer responsabilidade. Afirmou que celebrou instrumento particular de compra e venda com a **SERMEDE**, tendo sido registrado no cartório do 5º Ofício de Niterói, pactuando a compra e venda das cotas da **SERMEDE**, tendo sido estabelecido Direito de Arrependimento de 180 dias. Afirmou que antes do prazo para exercício do direito de arrependimento, firmaram as partes o Distrato. Afirmou ainda que o contrato que previu a cessão das quotas da **SERMEDE**, não foi levado a registro na respectiva Junta Comercial, o que não teve o condão de operar qualquer alteração na composição societária da **SERMEDE**, nem tampouco atribuir-lhe responsabilidades de administração. Afirmou que não há qualquer fato ou mero indício de que exerceu a função de administrador, sendo essa função exercida exclusivamente pelo *Sr. Arnaldo Mario Sabroso Ruiz*. Assim, concluiu que o referido contrato não traduziu em meio eficaz de transferência do controle societário, pela simples inexecução dos seus termos frente ao direito de arrependimento. Contudo, conforme já relatado anteriormente, o Instrumento Particular de Compra e Venda realizado pela **SERMEDE** repassou as cotas ao *Sr. Ricardo Mauricio Dutra*, tendo sido verificado que nos primeiros cinco meses de contrato, a gestão foi realizada pelo *Sr. Ricardo Maurício Dutra*, porém, com a assinatura em todos os documentos do *Sr. Arnaldo Mário Sabroso Ruiz*, no período de 28.08.2009 a 15.03.2010, ou seja, período compreendido dentro dos cinco anos

anteriores à Liquidação Extrajudicial, tendo inclusive, o *Sr. Ricardo*, afirmado ter sido exclusivo gestor da sociedade no período mencionado, conforme verificou-se às fls. 1147 a 1150. Cabe mencionar também a Cláusula Quarta do Instrumento Particular de Compra e Venda (fls. 1139 a 1144) em que outorga poderes ao cessionário comprador, *Sr. Ricardo Maurício Dutra* para que possa gerir e administrar a **SERMEDE**, independentemente do arquivamento da 25ª alteração na Junta Comercial. Diante dos fatos narrados verificou-se a outorga da função de administrador ao *Sr. Ricardo*, no período mencionado, devendo, portanto, ser aferida sua responsabilidade neste caso.

É importante salientarmos que a Liquidação Extrajudicial e o Processo de Falência da **SERMEDE SERVIÇO MÉDICO E DENTÁRIO LTDA** não decorreram simplesmente de fatores de mercado alheios à vontade dos ex-administradores. A leitura das passagens sobre as causas de insolvência e sobre as irregularidades deste Relatório demonstram que a “quebra” da ex-operadora se deu por uma gama de fatores, dentre esses a má gestão administrativa e a má gestão dos recursos financeiros.

Assim, tendo em vista a responsabilidade objetiva que recai sobre os ex-administradores e nos termos do artigo 24-D, da Lei n.º 9.656/98 combinado com artigo 43, da Lei n.º 6.024/74, se verifica a responsabilidade dos administradores nos últimos **cinco anos** que antecederam a Liquidação Extrajudicial, a qual ocorreu através da Resolução Operacional.

Por todo o exposto, concluímos que há responsabilidade objetiva dos ex-administradores da ex-operadora, em razão do disposto no art. 26, da Lei 9656/98.

### **VIII - DAS CONCLUSÕES E PROPOSIÇÕES**

Desta forma, levando-se em consideração o conteúdo deste relatório, bem como o anteriormente mencionado Relatório Preliminar de fls. 2050 a 2065, alcançamos as seguintes conclusões:

- a) Que a ex-operadora apresentava **Passivo a Descoberto** no valor de **R\$ 4.904.624,08** (quatro milhões, novecentos e quatro mil, seiscentos e vinte e quatro reais e oito centavos), conforme balanço apresentado pela Sra. Liquidante em 29/02/2016;
- b) Que a principal causa para a decretação da Liquidação Extrajudicial e, por conseguinte, Falência da ex-operadora foi a má administração da sociedade,

controle interno fragilizado, não cumprimento das normativas exigidas pela ANS, além de indícios de irregularidades;

c) Que deve ser responsabilizado pela administração da ex-operadora, nos últimos 5 (cinco) anos anteriores à decretação da Liquidação Extrajudicial, os Senhores: *Arnaldo Mário Sabroso Ruiz, Ricardo Maurício Dutra e Simone de Lima Sabroso*;

d) Diante de tudo o que foi exposto, os ex-administradores cometeram as seguintes infrações:

- Plano de Recuperação em desacordo com o disposto no **§3º do art. 3º e no inciso IV do art. 6º, ambos da RN nº 199/09** (fl.122);
- Possível infração ao **artigo 35 da Resolução Normativa nº RN 124/06 e artigo 20 da Lei 9.656/98** em razão do atraso no envio do DIOPS, imprescindível para o monitoramento da capacidade técnico-operacional ou situação econômico-financeira da ex-operadora (fls. 671 a 678);
- Possível infração ao **art. 2º, inciso II da Lei nº 8.137/90**, pois a ex-operadora não vinha recolhendo, sistematicamente, os encargos sociais e fiscais, restringindo-se apenas a provisioná-los, não os liquidando (fls. 270 a 279);
- Possível infração ao **artigo 1º, inciso I da Lei 8.137/90** em razão dos indícios de irregularidades quanto a realização de pagamentos referentes a serviços médicos, inclusive de plantões do próprio administrador da **SERMEDE** sem recibo hábil e comprovação dos recolhimentos tributários necessários, omitindo informações às autoridades fazendárias (fls. 270 a 279);
- Possível infração ao **artigo 178 da Lei nº 11.101/05 e artigo 12 da Lei n. 7492/86** pois não foram arrecadados Livros Contábeis obrigatórios dos últimos três anos, tendo sido somente encontrados Livros Contábeis referente ao ano de 2006 (fls.1347 a 1369);

- Infração ao **artigo 3º da RN nº 209/09** pois verificou-se que a ex-operadora não estava enquadrada nos termos do **artigo 3º da RN nº 209/09**, em relação ao Patrimônio Mínimo Ajustado (PMA) (fls. 351 a 361);
- Infração a **RN nº 209/09** pois as Operadoras estão obrigadas a manterem margem de solvência correspondente à suficiência do Patrimônio Líquido, apurada em conformidade com os critérios descritos nos **artigos 6º ao 8º do respectivo normativo** (fls. 351 a 361);
- Em observância a **RN nº 159, de 03 de julho de 2007**, foi identificado que a ex-operadora não constituiu Garantias Financeiras previstas na Resolução Normativa acima, havendo, assim, o descumprimento de exigências legais (fls. 351 a 361);
- Desrespeito ao **Parágrafo Único do artigo 4º da Lei 7.492/86**, em razão de alguns contratos terem sido assinados por terceiros que não possuíam autorização para esse fim, nem mesmo através de procuração, contrato social ou qualquer outro documento. Além disso, verificou-se que tais contratos não eram registrados em cartório, configurando a prática de Gestão Temerária (fls. 430 a 435);
- Prática do ilícito constante no **artigo 11 da Lei 7.492/86** em razão de pagamentos extras realizados a alguns funcionários em valor diferente do constante em contracheque, havendo, supostamente indícios de saída irregular de recursos (fls. 430 a 435);
- Possível infração da **Resolução Normativa nº RN 112/05** em razão de indícios de que estaria ocorrendo uma transferência irregular de parte de sua carteira de beneficiários (fls. 671 a 678);
- Indícios de **infração ao artigo 1º, inciso I da Lei 8.137/90**, em razão da venda pela **SERMEDE** da maioria de seus bens à empresa **MED HEALTH CONSULTÓRIOS MÉDICOS LTDA-**

ME, sem emissão de recibos ou notas fiscais, omitindo informações às autoridades fazendárias (fls. 1031 a 1043);

- Por fim, verificou-se também, indícios de descumprimento pela ex-operadora do disposto no §4º, inciso IV do art. 7º -A da RN 186/2009, que determina que a operadora deve comunicar aos seus beneficiários em até dez dias, a abertura de prazo de portabilidade especial de carência (fls. 1347 a 1369).

e) Por fim, fazemos as seguintes proposições:

- Encaminhar o **Relatório Econômico-Financeiro** e o **Relatório Conclusivo** para o Ministério Público em São Gonçalo-RJ para as adotar as medidas que porventura entender serem cabíveis;
- Encaminhar o inquérito administrativo para o Juízo da 4ª Vara Cível de São Gonçalo/RJ sob o nº 0055307-34.2014.8.19.0004.
- Encaminhar este relatório para apreciação e aprovação do Coordenador da COINQ e do Secretário-Geral e, posteriormente, para apreciação da Diretoria Colegiada da ANS.

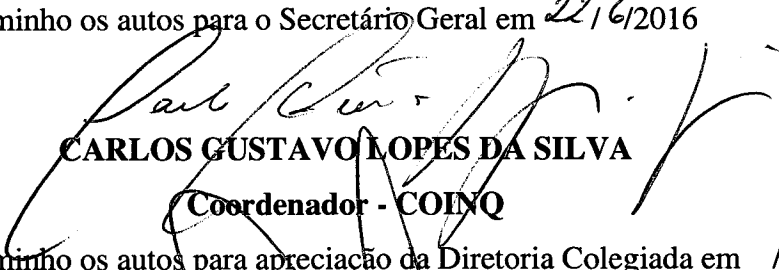
Rio de Janeiro, 16 de junho de 2016.

Encaminho os autos para o Coordenador da COINQ.

  
**BÁRBARA OLIVEIRA DE ALMEIDA**

**Técnica de Complexidade Intelectual – Direito**

De acordo. Encaminho os autos para o Secretário Geral em 22/6/2016

  
**CARLOS GUSTAVO LOPES DA SILVA**  
(Coordenador - COINQ)

De acordo. Encaminho os autos para apreciação da Diretoria Colegiada em / /2016

  
**SURIÊTTE APOLINÁRIO DOS SANTOS**  
Secretário - Geral